## AVALIAÇÃO DO ESTUDO SOBRE INTRODUÇÃO À ECONOMIA DO TRABALHO: TEORIAS E POLÍTICAS

NOME:
Pergunta 1- Para entender o sistema brasileiro de relações de trabalho é fundamental entende- lo:
a) Como expressão do fortalecimento dos direitos sociais por meio de forte regulação estatal e
do reconhecimento do trabalhador enquanto sujeito de direitos;
b) Como uma solução corporativa para os conflitos na relação capital-trabalho, que procura evitar a luta de classes;
c) Todas as afirmações são corretas;
d) Como um componente do projeto de desenvolvimento nacional que começa a serimplantado no País na década de 1930.
Forneça uma explicação da alternativa que escolher. Espera-se que seja a C.

Pergunta 2- A Constituição Federal de 1988 (a "Constituição Cidadã"):
a) Não produziu transformações significativas nas normas de proteção social do trabalho;
b) Nenhuma das três alternativas;
c) Elevou as normas de proteção social do trabalho à condição de direitos sociais fundamentais,
d) Extinguiu a CLT, que na época era equivocadamente considerada uma legislação de caráter fascista.
Forneça uma explicação da alternativa que escolher. Espera-se que seja a C.

Pergunta 3- Um sistema de relações de trabalho é composto por:				
a) Uma regulamentação da negociação coletiva e instituições responsáveis pela efetivação de direitos;				
b) Um conjunto de direitos individuais e um sistema de organização sindical;				
c) Um conjunto de direitos individuais, um sistema de organização sindical, uma regulamentação da negociação coletiva e instituições responsáveis pela efetivação de direitos;				
d) Nenhuma das três alternativas;				
Forneça uma explicação da alternativa que escolher. Espera-se que seja a C.				

Pergunta 4- A reforma trabalhista se baseia em pressupostos que contrariam os fundamentos
do direito do trabalho. Qual afirmação não está entre os pressupostos da reforma trabalhista
aprovada no Brasil em 2017?
a) Empregador e trabalhador são capazes de definir a norma ótima para reger a relação de
trabalho de acordo com as características específicas da atividade;
b) Existe uma assimetria de poder entre empregado e empregador, por isso o contrato de
trabalho não pode ser comparado a um contrato comercial firmado entre partes livres e iguais;
c) Deve ser privilegiada a regulação individual das relações de trabalho em detrimento de
normas gerais de proteção social pública;
d) O empregado é um agente consciente de seus direitos e capaz de negociar livremente os
termos de seu contrato de trabalho.
Forneça uma explicação da alternativa que escolher. Espera-se que seja a B.

Pergunta 5- [...] Com representação classista, paritária, como era o embrião das Juntas de Conciliação e Julgamento, e com poder normativo, ou seja, podendo malograda a negociação coletiva, que era privilegiada, a Justiça do Trabalho poderia intervir nesse conflito criando normas e condições de trabalho desde que malograda a negociação coletiva. [...] O nosso sistema de relações de trabalho não é exclusivamente legislado, ele é híbrido. Ele coloca na negociação coletiva papel muito importante, relevante, como nós já vimos, pouquinho antes. E ele também cria obstáculos, condicionantes, para que essa negociação seja válida. Ou seja, a negociação coletiva é estimulada, mas há patamar mínimo civilizatório, que é uma conquistada humanidade que precisa ser preservado e observado. Nessas condições é que a negociação coletiva é estimulada e que o princípio da autonomia das vontades coletivas é compreendido.

Em relação ao trecho acima, sobre o papel da negociação coletiva, é correto afirmar que:

- a) O sistema de relações de trabalho no Brasil foi criado para ser um sistema híbrido, uma vez que a legislação trabalhista deveria ser complementada pela negociação coletiva, sendo que o legislado deveria prevalecer sobre o negociado para garantir que os direitos do trabalhoinscritos na Constituição Federal fossem respeitados;
- b) A negociação coletiva torna as normas de proteção ao trabalho mais flexíveis, o quepossibilita que as empresas busquem acordos que atendam suas necessidades sem desrespeitar a legislação trabalhista. Ao mesmo tempo, fortalece o poder de negociação dos sindicatos de trabalhadores;
- c) As três alternativas são incorretas;
- d) A prevalência do negociado sobre o legislado (isto é, a possibilidade de que a negociação coletiva defina normas trabalhistas distintas daquelas vigentes na legislação trabalhista) representa uma modernização institucional necessária para elevar o padrão civilizatóriono País.

Forneça uma explicação da alternativa que escolher. Espera-se que seja a B.				
_				

## **BIBLIOGRAFIA BASICA:**

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO E A REGULAÇÃO DO MERCADO DO TRABALHO NO BRASIL. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 273-292, Maio/Ago. 2013. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Yj7XZWrtsxyVwpfFLt9NXtF/?format=pdf&lang=pt">https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Yj7XZWrtsxyVwpfFLt9NXtF/?format=pdf&lang=pt</a> acesso set. 2022.

BIAVASCHI, Magda Barros. O processo de construção e desconstrução da tela de proteção social do trabalho: tempos de regresso. **ESTUDOS AVANÇADOS** 30 (87), 2016. Disponível em: <a href="https://www.scielo.br/j/ea/a/LhmD6NCGyQZ56RrkSZcq7pK/?format=pdf&lang=pt">https://www.scielo.br/j/ea/a/LhmD6NCGyQZ56RrkSZcq7pK/?format=pdf&lang=pt</a> acessoset. 2022.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes das relações de trabalho no Brasil: 1990-2005**. Campinas: Unicamp, 2007. (Tese, Doutorado em Economia). Cap. 1, item 2, pp. 37 a 50.

BIAVASCHI, M. B. Direito e Justiça do Trabalho no Brasil: Notas sobre uma Trajetória com bem mais de 70 Anos. **Rev. TST**, Brasília, vol. 77, no 2, abr/jun 2011. Disponível em: <a href="https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/25349/007">https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/25349/007</a> biavaschi.pdf?sequence=4 acesso set. 2022.